

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO: Um estudo sobre as publicações da rede Jornalistas Livres ¹

DEMOCRATIZATION OF COMMUNICATION AND EMANCIPATION OF THE SUBJECT: A study on the publications of the Free Journalists network

Eliane Muniz Lacerda ²

Resumo: Neste artigo, foram analisadas publicações da rede Jornalistas Livres, uma das mídias alternativas com maior número de seguidores do Facebook, com cerca de um milhão de pessoas. O objetivo foi verificar até que ponto os temas pautados e a qualidade dos conteúdos produzidos pela rede colaboram com os processos de democratização da comunicação e de emancipação do sujeito. O período de análise das publicações compreende os meses de outubro e novembro de 2018. Inicialmente, o corpus desta pesquisa - 56 publicações - foi constituído por meio da técnica da Semana Artificial. Em seguida, os dados coletados foram classificados, com base na metodologia da Análise de Conteúdo, em três categorias: Vídeos, Charges/caricaturas e Textos. Entre os resultados, foi possível perceber que a mídia alternativa apresenta conteúdos às vezes ausente da pauta da mídia tradicional brasileira. Mas o excesso de informação e a qualidade das publicações são ainda um desafio para que haja um efeito capaz de transformar a sociedade. Por outro lado, percebeu-se que a própria rede Jornalistas Livres já é resultado de um processo de emancipação, na medida em que questiona a mídia tradicional e se torna sujeito ativo no âmbito da comunicação.

Palavras-Chave: Mídia Alternativa. Jornalistas Livres. Democratização das Comunicações. Emancipação do Sujeito.

Abstract: In this article, we analyzed publications of the network Jornalistas Livres, one of the alternative media with the largest number of followers of Facebook, with about one million people. The objective was to verify to what extent the themes and the quality of the contents produced by the network enforce the processes of democratization of communication and the emancipation of the subject. The period of analysis of the publications comprises the months of October and November of 2018. Initially, the corpus of this research - 56 publications - was constituted through the technique of *Semana Artificial*. Then, the data collected were classified, based on the

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Internet e Política do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Mestre em Comunicação Social, na linha Jornalismo e Sociedade pela Universidade de Brasília. É professora de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília. E-mail: eliane.muniz@gmail.com

methodology of Content Analysis, into three categories: Videos, Charges / Caricatures and Texts. Among the results, it was possible to perceive that the alternative media presents content sometimes absent from the traditional Brazilian media. But the excess of information and the quality of the publications still constitute a challenge for societal transformation. On the other hand, it was perceived that the network Jornalistas Livres itself is already the result of an emancipation process, insofar as it questions traditional media and becomes an active subject in the field of communication.

Keywords: *Alternative Media; Free Journalists; Democratization of Communication; Emancipation of the Subject*

1. Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu um modelo específico de jornalismo com a finalidade de ser resistência à ditadura militar no Brasil. Esses jornais foram chamados de alternativos, nânicos ou independentes. A maioria deles nasceu e morreu nos anos de chumbo. Alguns tiveram o tempo de vida útil muito breve, como O Sol, criado em 1966, e que durou apenas seis meses. Porém, outros conseguiram resistir às perseguições políticas e econômicas, sobrevivendo ao período da ditadura, como aconteceu com O Pasquim, o Movimento e Opinião.

Na época, a imprensa alternativa contou com a colaboração de jornalistas, cartunistas, diagramadores consagrados, além de artistas, que deles participaram como se fosse mais como uma missão diante do contexto de repressão, do que como um trabalho em si. Mesmo diante da censura imposta, o jornalismo alternativo foi audacioso e atuou explicitamente contra a ditadura no Brasil. Porém, até devido ao seu propósito, seu fim era certo.

Nos anos que sucederam o regime militar, o jornalismo alternativo praticamente não existiu. Alguns poucos jornais apareceram se apresentando dentro desta categoria, mas não tiveram tanta visibilidade por inúmeras razões como: por estar dentro de um regime democrático; por concorrer com veículos de comunicação já consolidados no mercado; por ser o Brasil um país onde as pessoas não têm o hábito da leitura, principalmente de jornais.

Entretanto, com o surgimento da internet e os avanços tecnológicos, a comunicação alternativa encontrou novo espaço. Com as raízes fincadas em muitos

dos propósitos da época da ditadura, especialmente na questão dos direitos humanos, reapareceram com novas configurações nas mídias sociais. Há grande diversidade de formatos nas redes, e muitas vezes atuam em parceria. É o caso dos Jornalistas Livres. O grupo surgiu em 2015 e, em seu site, se apresenta como uma rede de coletivos de mídia alternativa, que atua em defesa da democracia e dos direitos humanos. Diz ser um contraponto à mídia tradicional, à qual se refere, algumas vezes, com expressões pejorativas e até agressivas, sem fazer tanta distinção entre donos de mídia e jornalistas que trabalham na grande imprensa.

Somos uma rede de coletivos originada na diversidade. Existimos em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora. Pensamos com nossas próprias cabeças, cada um(a) de nós com sua própria cabeça. Os valores que nos unem são o amor apaixonado pela democracia e a defesa radical dos direitos humanos. (Trecho de apresentação publicado na seção “Quem Somos” no site dos Jornalistas Livres)³

Ainda na seção “Quem Somos”, os Jornalistas Livres “lamentam o confinamento a que a indústria midiática relegou o mais nobre dos gêneros jornalísticos”, no caso, a reportagem. Chama a atenção quando afirmam ser parciais, colocando em xeque valores e princípios jornalísticos, como o da imparcialidade, que muitas redações tendem a seguir, por meio de técnicas jornalísticas que são ensinadas nos cursos de Comunicação.

Não nos anulamos, não nos apagamos das fotografias, não nos escondemos atrás dos fatos para manipulá-los. Nós assumimos como participantes ativos dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs movidos pelo interesse coletivo: transparentes, francos, abertos, democráticos (...) Temos lado (cada um de nós tem seus próprios lados). Individualmente, não somos neutros, isentos, apartidários, brancos ou nulos. Nossa pluralidade é resultado do agrupamento de todos nós, não da ruptura interna de nossos corpos e mentes individuais. (Trecho de apresentação publicado na seção “Quem Somos” no site dos Jornalistas Livres)⁴

Toda essa crítica à mídia tradicional ou ao modo de se fazer jornalismo está relacionada a um grande desafio brasileiro: a democratização da comunicação. Os Jornalistas livres e as inúmeras outras mídias alternativas e independentes aparecem com a finalidade de se opor ao oligopólio dos meios de comunicação no Brasil.

³ Disponível em <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

⁴ Disponível em <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

Crescem a cada dia nas redes sociais como uma alternativa de comunicação destinada a grupos que não têm visibilidade na mídia tradicional. Mas, o que significa dar visibilidade a essas pessoas que não se sentem representadas, que não se percebem nos conteúdos mostrados pela mídia tradicional brasileira?

Ao retomar o conceito de comunicação em Paulo Freire, autores como Lima (2011), Guareschi e Kucinski (1991) explicam que ela só faz sentido se for transformadora e a transformação implica, antes, na emancipação do sujeito. Ou seja, não basta apenas mostrar uma situação de opressão, é preciso fazer com que o sujeito se liberte dessa circunstância, tornando-se autônomo.

Considerando-se o exposto acima, este estudo busca responder à seguinte questão: qual o papel da mídia alternativa na emancipação do sujeito, já que uma de suas principais bandeiras é a democratização da comunicação?

Como objeto de estudo foi escolhida a *fanpage* da mídia alternativa Jornalistas Livres por três razões: 1) a rede apresenta uma linha de tempo no *Facebook* acessível para a análise dos conteúdos; 2) parte do material disponibilizado na *fanpage* está presente no site dos Jornalistas Livres; 3) tem expressivo número de seguidores, em torno de um milhão e cem mil.

Por meio da Análise de Conteúdo, foi feito um estudo dos principais temas agendados pelos Jornalistas Livres nos dias posteriores às eleições de 2018. O período de análise compreendeu os meses de outubro e novembro de 2018. Desse modo, evitou-se que o foco recaísse em campanhas eleitorais, contemplando outros assuntos agendados pela rede. Para a coleta de dados foi aplicada a técnica da Semana Artificial resultando num *corpus* constituído por 56 publicações. Posteriormente, esse material foi classificado em três categorias: Vídeos, Charges/Caricaturas e Textos.

2. Democratização da comunicação e a concentração de propriedade dos meios

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em mais de um artigo, garante a liberdade de expressão, a manifestação de pensamento. Por conseguinte, no artigo 220, que trata da Comunicação Social, mais especificamente no parágrafo quinto, o documento proíbe a concentração de propriedade dos meios de comunicação. “Os

meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988, Art. 220). A prática do monopólio ou oligopólio da mídia, chamada no Brasil de Coronelismo Eletrônico, implica no acesso a um direito humano fundamental: o da comunicação.

A histórica concentração do controle da mídia brasileira em mãos de poucos grupos privados restringe a concorrência, vale dizer, a pluralidade de proprietários e, conseqüentemente, aumenta os riscos de maior controle de conteúdo, isto é, de menos diversidade. (LIMA, 2011, p. 222)

Segundo Lima (2011), há anos, a concentração de propriedade dos meios segue, sem muitas mudanças, nas mãos de algumas famílias e grupos empresariais. Apesar dessa estabilidade, o autor aponta que neste âmbito tem surgido um novo ator, as igrejas, especialmente as evangélicas. Uma reportagem do jornal *Le Monde Diplomatique* sobre Proprietários da Mídia no Brasil revela que “(...) dos cinquenta veículos de comunicação de maior audiência no Brasil, nove são de propriedade de igrejas ou de lideranças religiosas cristãs”⁵.

Essa situação gera sérios impactos na questão da pluralidade de informação, pois nem todas as religiões encontram espaço na mídia. Além disso, esse poder no âmbito da comunicação concedido a determinados grupos religiosos implica em decisões políticas. A Igreja Universal, por exemplo, é detentora de meios ao mesmo tempo em que possui maioria em um partido político no Congresso.

Cinco dos nove veículos de grande audiência comandados por religiosos são controlados pelo bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Quatro fazem parte do Grupo Record e o outro – a rede de rádios Aleluia – pertence à Iurd. Além da audiência, a Universal conquista muitos votos. Quarta denominação evangélica brasileira em número de fiéis (1,87 milhão), segundo dados do IBGE de 2010, lideranças da Iurd são maioria no Partido Republicano Brasileiro (PRB) e disputam com parlamentares da Assembleia de Deus o maior número de representação evangélica no Congresso Nacional⁶.

Os meios, dessa forma e pelo poder que eles têm, acabam sendo usados como instrumento de manipulação do pensamento, retirando do sujeito qualquer capacidade crítica de reflexão. “Quando há apenas alguns que falam e podem dizer

⁵ Disponível em <https://diplomatiq.org.br/>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

⁶ Disponível em <https://diplomatiq.org.br/>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

sua palavra, com o conseqüente silenciamento da maioria da população, corremos o risco de acabarmos tendo uma massificação generalizada da sociedade” (GUARESCHI, 2013, p. 81). A ausência de um debate mais plural sobre as ideias, a superficialidade com a qual informações importantes são tratadas e a falta de representatividade das minorias revelam que não há diversidade na mídia tradicional. “Diversidade que não deve ser confundida com diferença ou segmentação mercadológica, mas diversidade na representação de distintos interesses da sociedade” (LIMA, 2011, p. 223).

Diante deste contexto, o debate sobre a democratização da comunicação no Brasil faz-se necessário, embora seja de extrema complexidade. Quando se fala em democratizar a comunicação, o que se quer exatamente? As leituras sobre o tema mostram que não há um consenso, mas diferentes caminhos. Uma das possibilidades seria a regulação da propriedade cruzada dos meios de comunicação, que é a “propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações” (LIMA, 2001, p. 101). Ou seja, um mesmo grupo pode ser dono de diferentes meios.

Atuando apenas em dois mercados regionais, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Grupo RBS reúne 6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET (*Zero Hora*, 31/8/2002). Ademais, a RBS foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de RTVs que ocorreu nos últimos dias do governo de Fernando Henrique Cardoso: recebeu 14 novas retransmissoras (MATTOS, *Folha de S.Paulo*, 27/12/2002 In. LIMA, 2001, p. 102)

Lima mostra que em alguns países desenvolvidos não somente existe regulação como também fiscalização e punição para quem descumpra a lei. “É também uma situação que não seria possível, legalmente, em vários países, dentre eles a França, a Itália e o Reino Unido” (LIMA, 2001, p. 105), pois confere muito poder a um grupo ou família detentora dos meios.

Entretanto, no Brasil, quando se discute sobre a regulação da mídia, o foco recai sobre a questão da censura, uma preocupação válida, porém, muitas vezes desvirtuada, sobretudo quando atende a interesses dos próprios donos de mídia. Lima

(2011) considera um equívoco esperar que a democratização da comunicação comece a partir da regulação da concentração de propriedade dos meios.

Para mim, a democratização acontecerá se tiver uma alternativa à grande mídia que possibilite a pluralidade, a diversidade, o exercício do direito à comunicação pela maior parte da população. Isso significa políticas públicas em nível de Estado que incentivem mídias alternativas à grande mídia, que democratizem a legislação de rádios comunitárias, que incentivem a criação de jornais, rádios e TVs comunitárias. É um outro sistema de mídia que vai democratizar, não esse que está aí. (LIMA, 2011, p. 233)

O debate sobre o controle social da mídia não é recente e praticamente não teve progressos, em termos práticos, nos últimos anos. Mediante esse obstáculo e paralelo ao avanço das novas tecnologias, foram aparecendo nas mídias sociais pessoas e grupos, alguns jornalistas, outros não, com o propósito de ser uma alternativa de comunicação à mídia tradicional.

3. Ressurgimento dos meios alternativos

De acordo com Kucinski (1991), durante a ditadura militar no Brasil nasceram e morreram muitos jornais alternativos. Isto porque esses meios tinham como finalidade principal ser oposição ao regime. “(...) Esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a resistência. Não tinham porque sobreviver ao regime militar” (KUCINSKI, 1991, p. 25). Logo, surge a pergunta: qual a razão do ressurgimento desse tipo de comunicação nos tempos atuais, dentro de um regime democrático liberal?

Além da oportunidade encontrada na internet, mais especificamente, nas mídias sociais, e do uso de recursos tecnológicos para produção de conteúdo, o contexto histórico da era da imprensa nanica e da mídia alternativa das redes sociais é bem diferente. No momento atual, o Brasil não está inserido numa ditadura, mas assim como em tantos outros lugares do mundo, a sua democracia encontra-se fragilizada.

Contudo, desde a crise financeira de 2008, pessoas em todo o mundo estão cada vez mais desiludidas com a narrativa liberal. Muros e sistemas protecionistas estão de novo em voga. Cresce a resistência à imigração e a acordos comerciais. Governos supostamente democráticos solapam a independência do sistema judiciário, restringem a liberdade de imprensa e

enquadram toda a oposição como traição (...) Enquanto há poucos anos os americanos e europeus ainda tentavam libertar o Iraque e a Líbia pelas forças das armas, muita gente no Kentucky e em Yorkshire agora considera a visão liberal indesejável ou inatingível. Alguns descobriram o gosto pela velha ordem mundial, e simplesmente não querem abrir mão de seus privilégios raciais, nacionais ou de gênero. Outros concluíram (certa ou erroneamente) que liberalização e globalização são uma grande farsa que confere poder a uma elite minúscula às expensas massas. (HARARI, 2018, p. 23)

Há uma outra forma de arruinar a democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder (...). Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis (...) É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes (...) O retrocesso democrático hoje começa nas urnas. (LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel, 2018, p. 15-16)

Dentro desse contexto de questionamento, não de ausência, do regime democrático liberal, é que surgem e ganham potencial as mídias alternativas. Como no passado, elas se apresentam como defensora da democracia e dos direitos humanos e atuam contra o poder ideológico vigente.

Assim também como nos anos de chumbo, há diferentes configurações das mídias alternativas nas redes sociais. Algumas são coletivos, como Jornalistas Livres e Mídia Ninja; outras têm por trás jornalistas com experiência de mercado, como Catraca Livre (Gilberto Dimenstein, ex-CBN e Folha de S. Paulo) e Socialista Morena (Cynara Menezes, ex-Folha de S. Paulo, Veja e Carta Capital). São inúmeros os formatos - nas mídias sociais, embora as agendas sejam quase sempre as mesmas: ser contraponto à mídia tradicional, defender a democracia e os direitos humanos, dar voz aos excluídos, entre outros. Essas pautas também foram da imprensa nanica.

A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico (...) Circularam publicações que defendiam temas que iam da ecologia ao direito de fazer poesia marginal. (CHINEM, 1995, p. 8)

Mas não são somente as agendas que as mídias alternativas têm em comum. Como na época da ditadura, elas propõem “alternativas, e não apenas de notícia, mas de mercado, de postura, de organização acionária, a sonhada empreita do ‘jornal de

jornalista” (CHINEM, 1995, p. 7). Também trabalham de modo colaborativo e integrado compartilhando conteúdos umas das outras.

Outro aspecto do passado muito presente nos meios alternativos de hoje é o humor, a sátira, por meio de charges e caricaturas. Nas mídias sociais, esse tipo de formato opinativo do jornalismo, que se utiliza da imagem, repercute muito rapidamente nas mais diferentes redes. Kucinski (1991) recorda que na ditadura, nenhuma outra categoria desempenhou papel tão importante de resistência como escritores satíricos e cartunistas. “Com a arma poderosa da ironia o humorista penetrava nas contradições entre palavra e ato enfatizando o grotesco das situações (KUCISNKI, 1991, p. 15).

Há muitas semelhanças quando se compara o perfil e atuação das mídias alternativas à imprensa nanica da época da ditadura. Mas também muitas diferenças. Uma delas é o fato desse tipo de comunicação não se dá mais no formato de um jornal, tabloide, como antes era feito. Até porque, na atualidade, os impressos (jornais e revistas) estão em crise. Pode-se dizer que até mesmo a televisão vive situação semelhante hoje em dia. Para Castells⁷, “nos encontramos no meio de uma revolução digital”. É no meio desta revolução que reaparece, com novas configurações, a forma alternativa de se fazer comunicação. Neste meio, é possível compartilhar textos, fotos, charges, vídeos, fazer transmissões ao vivo. Ele contempla no mesmo espaço as características dos meios impressos e do eletrônicos.

Outra diferença, e que é o eixo norteador deste artigo, é que as mídias sociais se enxergam dentro de um processo de democratização da comunicação. Os jornais alternativos da época da ditadura, assim como a mídia alternativa de hoje, consideravam-se um contraponto à mídia tradicional, mas naquele momento não se falava em democratização da comunicação, até mesmo porque a concentração de propriedade dos meios foi reforçada durante e com o apoio do regime. Ser um contraponto muitas vezes significa mostrar outra visão de mundo, que por interesses diversos, a mídia tradicional não dá visibilidade. Significa dar voz aos marginalizados da sociedade que não estão representados nos jornais, sites, rádios e TVs brasileiras. “Falamos e nos expressamos, mas acima de tudo escutamos a polifonia

⁷ Em entrevista concedida ao site: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

de vozes ao nosso redor (e, inclusive, dentro de nós mesmos). Praticamos um diálogo, uma algazarra polifônica, jamais um monólogo” (Trecho de apresentação publicado na seção “Quem Somos” no site dos Jornalistas Livres)⁸.

Mas no processo de democratização da comunicação não é suficiente dar voz e ouvir. Afinal, qual seria o sentido? As mídias alternativas demonstram ter consciência de que este processo acarreta também numa transformação. Talvez, essa seja a maior das expectativas. “Acreditamos no jornalismo como fonte de conhecimento transformador, de superação das desigualdades e de construção de um mundo menos autoritário e menos concentrado nas mãos de um poderio militar, econômico e midiático” (Trecho de apresentação publicado na seção “Quem Somos” no site dos Jornalistas Livres)⁹. E como alcançar tudo isso, se não pela emancipação do sujeito?

4. Comunicação e educação como caminhos para emancipação do sujeito

Para Freire (1983, p. 49), os meios não estão comprometidos com o “processo educativo-libertador”, mas apenas em manipular as massas. Esse processo deve libertar o oprimido da situação de opressão, e para isso faz-se necessária uma comunicação dialógica de compreensão mútua e transformadora da realidade a partir da mensagem transmitida. Essa comunicação, de acordo com Freire, deve se basear no aspecto humanista.

É um humanismo que, pretendendo verdadeiramente a humanização dos homens, rejeita toda forma de manipulação, na medida em que esta contradiz sua libertação. Humanismo, que vendo os homens no mundo, no tempo, “mergulhados” na realidade, só é verdadeiro enquanto se dá na ação transformadora das estruturas em que eles se encontram “coisificados”, ou quase “coisificados”. Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, por isto, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais. (FREIRE, p. 1983, p. 50)

Para que haja transformação, portanto, é preciso que o sujeito se torne crítico e supere as situações de opressão às quais está submetido. Mas qual o papel da

⁸ Disponível em <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

⁹ Disponível em <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

mídia nesse processo de transformação? Há uma relação muito estreita entre comunicação e educação. Tanto é possível pensar a comunicação dentro da educação, por exemplo: quando professores deixam de ser meros transmissores de conteúdo, tornando os estudantes sujeitos autônomos, capazes de produzir seu próprio conhecimento; como é possível também falar da educação dentro da comunicação. Vale lembrar, também como exemplo, que o rádio, quando surgiu, em meados dos anos 1920, tinha caráter educativo e cultural, embora fosse destinado à elite, devido, sobretudo, aos receptores que não eram acessíveis à grande parte da população analfabeta (ORTRIWANO, 1985). Tempos depois, quando o rádio já se encontrava em decadência em termos de audiência devido ao aparecimento da televisão, a Igreja Católica percebeu que era possível promover a educação, através deste meio, em lugares onde as escolas não existiam ou eram escassas. Sob influência da pedagogia de Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base e o Estado assinaram um convênio por meio do qual foi permitida a instalação de 75 mil escolas radiofônicas, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (MAINWARING, 1989).

Além das diversas possibilidades de se trabalhar a educação através dos meios de comunicação, ressalta-se que a Constituição Federal também discorre sobre esta questão. Entre os princípios estabelecidos pela Carta Magna que devem atender a produção e programação das emissoras de rádio e televisão tem-se: dar “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (BRASIL, 1988, art. 221).

Na prática, entretanto, nota-se a ausência desta preocupação da mídia com a educação e, conseqüentemente, com a emancipação do sujeito. Não parece ser de interesse dos donos de mídia ter uma sociedade emancipada. O discurso destes, muitas vezes, recai sobre a questão da audiência. Para atores do coronelismo eletrônico, não há público para programas que sejam capazes de fazer do sujeito um ser crítico, como se um cidadão, que ganha um salário mínimo, pudesse escolher aos domingos o que assistir na televisão brasileira. Até pode, porém, ir encontrar os mesmos formatos de programas.

A mídia tem poder suficiente para colaborar com a emancipação do sujeito ou reforçar a sua condição na sociedade. Para isso, basta observar como negros,

mulheres e homossexuais são representados na mídia brasileira. Por exemplo: quem é o negro nas novelas brasileiras? Que papel exerce? Muitas vezes, é a faxineira, o motorista ou, quando é bem-sucedido, pode ser um político corrupto. Por outro lado, quando as novelas decidem abordar um tema social em seus roteiros, isso tem sérios impactos na sociedade, como ocorreu com “O Outro lado do Paraíso”, que abordou o tema do abuso sexual de crianças; ou com “Salve Jorge”, que trouxe a temática do tráfico de pessoas.

De janeiro a março, foram registrados 11 casos com 85 vítimas atendidas pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, contra nove casos com 59 vítimas nos três primeiros meses do ano passado (...) Segundo a secretaria, o aumento de denúncias pode ser reflexo de um maior conhecimento do problema, graças à ampla abordagem do tema pela novela "Salve Jorge", da TV Globo, "o que acaba despertando a população para a ação das máfias que comercializam pessoas. (FOLHA DE S. PAULO, 2013. Acessado em: 30/11/2018)

Percebe-se que quando há interesse da mídia em desenvolver determinados temas, há debate. Convém lembrar aqui dois comerciais do Boticário que criaram bastante polêmica: “Um dia dos namorados para todas as formas de amor” foi uma campanha feita por ocasião do Dia dos Namorados em 2015. Um comercial de 30 segundos mostra tanto casais homoafetivos como heterossexuais recebendo presentes e trocando afeto; a outra campanha foi produzida para o Dia dos Pais, em agosto deste ano. No comercial aparece uma família negra. Ambos os comerciais tiveram muita repercussão, mas sobretudo provocaram reflexão. Lógico que ações como estas não são suficientes para uma mudança de pensamento, mas já são um começo.

Para Guareschi (2013), os comunicadores também têm responsabilidade nesse processo de educar a sociedade. Segundo o autor, “a comunicação é fundamentalmente educação” (GUARESCHI, 2013, p. 143). Ao resgatar o pensamento de Paulo Freire, Guareschi lembra que “a humanização dos homens não se pode realizar apenas através do palavrório, mas que é necessário um engajamento com a realidade”. (GUARESCHI, 2013, p. 159). Essa responsabilidade e engajamento pode se dá tanto no âmbito da mídia tradicional como da mídia alternativa. Contudo, como esta última não possui vínculos com o mercado e o seu foco é a democratização da comunicação, esses valores tornam-se compromissos essenciais.

5. Metodologia

O propósito deste artigo é, por meio da Análise de Conteúdo, verificar o conteúdo publicado na linha do tempo da rede Jornalistas Livres, com a finalidade de saber qual o papel da mídia alternativa na emancipação do sujeito. São observados os temas pautados pela rede e a forma como eles são apresentados ao público, para verificar a relevância do assunto para a sociedade e, também, a qualidade do produto veiculado.

Bardin (1977, p. 38) conceitua a Análise de Conteúdo como “um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, a fim de se fazer deduções quantitativas e/ou qualitativas dos dados coletados. Por meio da Análise de Conteúdo é possível, a partir de um grande volume de informação, criar categorias de análise.

É um método que serve para avaliar um grande volume de informação manifesta cujas palavras, frases, parágrafos, imagens ou sons podem ser reduzidos a categorias baseadas em regras explícitas, previamente definidas com o objetivo de fazer inferências lógicas sobre mensagens. (HERSCOVITZ In. LAGO e BENETTI, 2010, p. 125)

O período de análise compreende os meses de outubro e novembro de 2018, contemplando, assim, assuntos relacionados às eleições 2018, mas também outras agendas. Utilizou-se a Semana Artificial como técnica para a escolha dos dias das publicações, com o objetivo de contemplar a maior diversidade de assuntos.

A amostra construída é considerada confiável porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta (a primeira segunda-feira de um mês, a segunda terça-feira de um mês, a terceira quarta-feira do mês e assim sucessivamente) ... Para que serve essa estratégia? Para obter-se uma amostra variada, com distribuição equitativa e contendo o mínimo possível de distorções. (HERSCOVITZ In. LAGO e BENETTI, 2010, p. 131)

Dessa forma, esta pesquisa abrangeu os seguintes dias de análise: 22 de outubro (segunda-feira), 30 de outubro (terça-feira), 7 de novembro (quarta-feira), 15 de novembro (quinta-feira) e 23 de novembro (sexta-feira). Em seguida, foram criadas três categorias, por meio das quais foi possível fazer as inferências: vídeo, charges/caricaturas e textos.

6. Coleta de dados e discussão dos resultados

No primeiro dia, 22 de outubro, foram feitas 14 publicações, sendo 13 vídeos e 1 texto. O assunto principal foi a cobertura do ato de apoio ao candidato à Presidência da República, Fernando Haddad, transmitido ao vivo. Dos 13 vídeos, apenas 1 não é sobre o ato. Observa-se que a quantidade de vídeos tem a ver com as sequências das transmissões, já que muitas vezes elas deixam de funcionar. Um texto e um vídeo abordou a fala de Bolsonaro sobre os opositores do governo.

No dia 30 de outubro, foram publicados 3 vídeos sobre o ato pela democracia, também com transmissões ao vivo. Na semana seguinte, no dia 7 de novembro, mais outros dois vídeos, sendo um sobre o projeto da escola sem partido e outro sobre o lançamento do livro de José Dirceu.

Em 15 de novembro, data em que se comemora a Proclamação da República, o foco recaiu sobre o programa Mais Médicos. Esta questão foi abordada no formato textual, com *links* direcionando para o site dos Jornalistas Livres. Também foram agendados assuntos como: projeto escola sem partido, reforma da previdência, entrevista com Guilherme Boulos, Movimento Sem Terra, críticas ao juiz Sérgio Moro e ao deputado federal Onyx Lorenzoni. Foi um dia bem diversificado tanto em termos de assuntos como de formatos. Teve até transmissão de um evento cultural, a apresentação da Orquestra Sinfônica de Ouro Preto.

Na semana seguinte, em 23 de novembro, foram publicados conteúdos referentes a um ciclo de debates sobre democracia, na Universidade Federal de Fortaleza; fim do repasse de verbas para a rede de tratamento de saúde mental, campanha sobre segurança no trânsito.

No decorrer dos cinco dias foram registradas 56 publicações. Dessas, 27 vídeos, 12 charges e caricaturas, 15 textos (entre postagens simples para mídias sociais, notícias, divulgação de notas, compartilhamento de textos de outros sites), duas montagens de fotos, sendo uma homenagem aos médicos cubanos e outra sobre integrantes do Movimento Sem Terra. Houve também muitas divulgações de eventos, em formas de convites feitos no próprio *Facebook*, mas este material não foi considerado nesta análise.

Com base nestes dados coletados, foram estabelecidas três categorias de análise conforme os formatos dos conteúdos disponíveis na linha do tempo do *Facebook* dos Jornalistas Livres: Vídeos, Charges/caricaturas e Textos.

a) Vídeos

Os dados mostram que a rede Jornalistas Livres utiliza muito dos vídeos para transmitir suas mensagens, sobretudo das *lives*, que é uma forma de transmissão ao vivo feita pelo *Facebook*. Para se ter uma ideia, somente sobre o ato de apoio ao candidato à Presidência da República, Fernando Haddad, em 22 de outubro, foram feitas 12 transmissões ao vivo. Assim também aconteceu no dia 30 de outubro, quando houve o primeiro ato contra o presidente eleito Jair Bolsonaro. Todas as quatro postagens desse dia foram transmissões ao vivo pelo *Facebook*. As *lives* são muito simples de fazer, basta ter um celular nas mãos e começar a filmar. Na medida em que a transmissão se encerra por algum problema, como queda de conexão, é possível recomeçar. Por isso, aumenta o número de vídeos na *fanpage*. O tempo das transmissões ao vivo varia muito. É possível encontrar vídeos de 2 a 40 minutos de duração.

Sob o olhar da comunicação, o vídeo está entre os formatos mais atrativos e acessíveis, capaz de alcançar todas as classes sociais. Porém, com relação aos vídeos publicados pelos Jornalistas Livres convém fazer algumas considerações. Os vídeos ao vivo apresentam-se como um convite para grandes eventos, muitas vezes pouco ou nada abordados pela mídia tradicional, assim como aconteceu com os dois atos nos dias 22 e 30 de outubro. Desse ponto de vista, pode ser interessante pois aparece como um estímulo para a participação social nesses eventos. Eles também são uma oportunidade para acompanhar eventos à distância, como foi mostrado, sobretudo quando transmitem palestras, congressos etc. Por outro lado, os rompimentos e reconexões, das *lives* geram excesso de informação.

Há que se considerar também que nestes cinco dias de análise, dos 27 vídeos, apenas 3 vídeos foram produzidos (gravados e editados). Porém, não foi um material feito pela rede Jornalistas Livres, mas compartilhado de outras páginas. Esse tipo de vídeo pode ser muito útil no processo de conscientização, porque eles permitem o uso de diversos recursos, tornando-os mais atrativos.

b) Charges/caricaturas

Elas misturam crítica e humor. São narrativas que se dão por meio da imagem, seja por uma sequência de diálogo (charge) ou perfil distorcido (caricatura). Além de serem de fácil leitura, causam impactos significativos. Não são superficiais, provocam a reflexão. É um formato jornalístico bastante acessível nos dias atuais devido às mídias sociais. Antes, pertenciam aos impressos (jornais e revistas), que poucas pessoas no país tinham acesso.

As charges tendem a abordar mais questões políticas. Entretanto, quando tratam de outros assuntos tornam-se tão interessantes quanto. Nos dias analisados, das 12 charges/caricaturas, apenas 1 não foi sobre política. Ela foi divulgada no dia 23 de novembro, pouco tempo após o Dia da Consciência Negra, e referia-se à emancipação do negro na sociedade.

“Quer que eu desenhe?”. Esta é uma pergunta que se ouve bastante hoje em dia feita para alguém que não está conseguindo entender uma mensagem. Apesar de soar muitas vezes grosseira, a pergunta mostra que pode ser mais fácil compreender o mundo pelo desenho, pela imagem. Por que não tirar proveito disso com as charges/caricaturas? Entretanto, assim como acontece com os vídeos, é necessário ter o cuidado de não banalizar esse formato, com o excesso de informação. Em apenas um dos dias da análise, 23 de novembro, foram publicadas 8 das 12 charges/caricaturas registradas na coleta de dados. Na semana anterior, no dia 15 de novembro, foram postadas as outras 4. Os demais dias não tiveram a presença desse formato do gênero opinativo jornalístico.

c) Textos

Trata-se do formato menos presente nos cinco dias de análise. Parece também ser o que tem menos qualidade em termos de produção de conteúdo. Quando se lê a seção “Quem somos” no site dos Jornalistas Livres, onde a rede se apresenta, a impressão que dá é que ao acessar as suas páginas, nas mídias sociais ou no site, serão encontrados conteúdos de melhor qualidade que os veiculados pela mídia tradicional.

Produzimos REPORTAGEM. Lamentamos o confinamento a que a indústria midiática relegou o mais nobre dos gêneros jornalísticos e trabalhamos para reduzir o abismo de desequilíbrio. A matéria-prima de nossas reportagens é HUMANA. Almejamos um jornalismo humano, humanizado e humanizador, ancorado principalmente em personagens da vida real (não só em estatísticas), na frondosa diversidade da vida dentro da floresta (não à distância robocop das tomadas aéreas panorâmicas), na fortuna das histórias (não dos cifrões). (Trecho de apresentação publicado na seção “Quem Somos” no site dos Jornalistas Livres)¹⁰

Quando falam “o mais nobre dos gêneros jornalísticos”, percebe-se, pela apresentação, que há um reconhecimento da importância da reportagem para a disseminação de conteúdo. Os Jornalistas Livres demonstram preocupação com uma reportagem mais humanizada. Entretanto, durante os cinco dias analisados, e em termos textuais, não foi possível encontrar reportagens. Foram observados compartilhamentos de notícias de outras fontes; publicação de nota, na íntegra, sobre a questão dos médicos cubanos; divulgação de cartilhas; de artigos. Dos 15 textos registrados, e dentre aqueles produzidos pelos próprios Jornalistas Livres, nenhum se aproximou dessa perspectiva mais humanizada da informação.

Entretanto, a reportagem não está restrita à escrita. Outra forma de fazê-la é por meio do audiovisual. Talvez, nesse sentido, as reportagens tenham sido associadas também aos vídeos, num formato mais livre, inclusive das técnicas aprendidas nos cursos de Jornalismo.

Nesses dias de análise, houve diversos assuntos de interesse público abordados, como a saída dos médicos cubanos do Brasil; o debate sobre o projeto da escola sem partido; a reintegração de posse de terra onde 1700 famílias viviam há quatro anos. Mas nenhuma dessas questões foi retratada de forma humanizada em vídeo ou texto, nos dias analisados.

A ausência de reportagens escritas nos dias de análise não significa que elas não existam. Talvez, simplesmente, não tiveram publicações deste tipo nos dias escolhidos de acordo com a técnica da Semana Artificial.

Os textos, em formatos de notícia e reportagem, são a matéria-prima do Jornalismo. São fundamentais tanto quanto as imagens (fotos, charges/caricaturas/vídeos) nesse processo da democratização da comunicação e,

¹⁰ Disponível em <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

conseqüentemente, da emancipação do sujeito. Quanto mais humanizados, como propõem os Jornalistas Livres, mais despertam a leitura e o conhecimento do mundo.

Considerações

Os Jornalistas Livres apresentam-se como um contraponto à mídia tradicional. Isso é possível notar pelo teor das publicações em sua *fanpage*, com temas diversificados e fora das pautas do jornalismo das grandes empresas de comunicação, como os atos e eventos promovidos pela esquerda no Brasil, os dramas vividos pelos membros do Movimento Sem Terra, o preconceito contra negros e homossexuais. São as “polifonias de vozes” que a rede afirma ouvir e dar voz.

Contudo, a falta de profundidade dos conteúdos divulgados e o excesso de informação pode transformar essa polifonia em apenas ruído, banalizando, de um modo diferente da mídia tradicional, assuntos de interesse público.

Por isso, acredita-se que não basta ser um contraponto; mostrar o outro lado dos fatos que a mídia tradicional não aborda. Para que isso implique numa transformação social e o sujeito tome consciência e liberte-se da situação que o oprime, é preciso ofertar um conteúdo diferente, mas com qualidade e organização.

Jornalistas Livres, assim como outras mídias alternativas, em sua apresentação, fazem duras críticas à mídia tradicional, muitas vezes não diferenciando donos de mídia e os jornalistas que trabalham nessas grandes empresas de comunicação. Essa postura dá a impressão de que irá agir mais como observatório crítico da mídia do que como um contraponto. Mas, na prática, as mídias alternativas parecem atuar mais em cooperação, no sentido de mostrar uma visão de mundo que não teve a visibilidade merecida pela mídia tradicional, esquecendo-se de que dar visibilidade pode ser um começo, mas não o suficiente para suscitar transformações. Sente-se, neste aspecto, a falta de um projeto construído por representantes de diferentes setores da sociedade, que seja capaz de colocar em prática a proposta de Paulo Freire, de uma comunicação humanista, capaz de fazer com que os homens superem “a situação em que estão sendo um quase não ser”.

Enquanto mídia alternativa, Jornalistas Livres, com todos os seus desafios, e com seus conteúdos de qualidade e profundidade ainda questionáveis, são um

começo desse processo de democratização da comunicação no Brasil. Porém, é preciso um projeto que permita uma comunicação que promova o debate de ideias realmente plural, não cometendo o mesmo erro da mídia tradicional de mostrar apenas um lado da questão.

Apesar desse desafio, é possível dizer que a rede Jornalistas Livres é a própria emancipação de si mesma, na medida em que questiona e se rebela, em que se torna autônoma e independente. Isso já é um grande passo no processo da democratização da comunicação e da emancipação dos sujeitos que nela atuam.

Referências

- BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa**: Jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.
- LAGO, Cláudia & BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIMA, Venício Artur de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial LTDA, 1985)

Sites

- BERGAMO, Mônica. **Após Salve Jorge denúncias contra tráfico de pessoas aumentaram em São Paulo**. Disponível em www.folha.uol.com.br. Acesso em: 29 de novembro de 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em:
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **As redes sociais ajudam a democracia**: . entrevista com Manuel Castells. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 20 de novembro de 2018.
- JORNALISTAS LIVRES. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 5 de novembro de 2018.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE. Disponível em <https://diplomatie.org.br/>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

15 a 17 de maio, 2019

